

ATA REUNIÃO ORDINÁRIA CMAS – 29/10/2021

Aos vinte e nove de outubro de dois mil e vinte um, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho Municipal da Assistência Social no Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida, em Santa Luzia/MG. Com início às nove horas com quórum, conforme lista de presença. Compareceram presencialmente: Ana Luísa Tiburcio Mariano (Secretaria de Cultura); Adalberto Batista (Instituto Seara de Luz); Adriana Ferreira Martins (Associação de Promoção Humana Divina Providência); Adriano Nunes Bernardes (Secretaria de Administração); Aline Cristina de Souza (Instituto Esperança); Dário Cesar Teixeira (APAE); Eliane Maria Leandro (APAE); Gleuber Antônio Ribeiro Rosa (Secretaria de Finanças); José João do Nascimento (APAE); Júlio César Cesário de Oliveira (SMDSC); Lucimar da Penha Quintela dos Santos (Secretaria de Saúde); Luíza Ferreira da Cunha Fonseca (SMDSC); Maria Aparecida Rodrigues da Silva (APAE); Maurício da Cunha Paiva (Centro Cultural Corrente do Bem); Rafaela Tatiana da Silva (Instituto Seara de Luz); Romana Cristina Sena Dias (SMDSC). Com participações on-line, sendo Cleunice de Fátima Mota (Fundação Fé e Alegria do Brasil); Elza M. Silva (Creche Senhora da Paz); Antoniele (Instituto São Jerônimo); Joana Lopes (SMDSC); Jonatas Trindade de Almeida (Associação Ministério Jericó); Luísa Renata Oliveira (APAE); Márcia Cristina Costa Roque (Casa de Repouso Ana de Souza e Silva); Marcos Francisco Resende (Associação Ministério Jericó); Nilda Alves Firmino Terra (Secretaria de Saúde). A reunião teve como pauta: 1) orientações sobre o "Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS"; 02) dar ciência sobre a retificação da Resolução CMAS Nº 019/2021 que trata do Passe Livre Estudantil; 03) demais informes. A presidente do Conselho iniciou explicando o que é o ACESSUAS, que tem por finalidade promover o acesso dos usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho e instituído pelo Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS, Resolução nº 18 de 24 de maio de 2012. Explicou da importância da implantação do programa neste município e da valorização dos serviços já existentes prestados pelas instituições cadastradas no CMAS. Explicou que o município possui uma verba no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) para uma meta de atendimento de até 500 (quinhentos) usuários. Disse que "as despesas de custeios possíveis para o gasto dos recursos do ACESSUAS TRABALHO, são (conforme estabelecem as normativas legais – em especial, as Resoluções CNAS nº 33/2011, 13/2012, 18/2012, bem como a Portaria MDS nº 143/2012 e demais legislações do SUAS) para custear: 1. contratação de equipe responsável pela execução do Programa; 2. aquisição de material de divulgação como: cartazes, cartilhas, folders, aluguel de carro de som, mídia de todas as formas; 3. aquisição de material de divulgação em formato acessível; 4. locação de material permanente, desde que comprovada a necessidade e utilização para a realização do Programa; 5. aluguel de espaço para reuniões e palestra de sensibilização e mobilização dos usuários, para encaminhamento para os cursos de capacitação profissional; 6. custeio de

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Adalberto, Gleuber, and others.]

deslocamento: Para usuários (e acompanhantes, no caso das pessoas com deficiência), para participação nas atividades inerentes aos cursos; 7. aquisição de materiais para higiene pessoal, disponibilizados nas unidades de atendimento; e 8. aquisição de lanche para atividades inerentes ao Programa". Explicou brevemente a diferença entre mercado de trabalho e mundo do trabalho. Informou que o Programa é implementado em parceria com as Secretarias de Assistência Social dos municípios, que se responsabilizam pela mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social. Passou a palavra para Júlio que ratificou o que foi dito e acrescentou que o dinheiro disponível está em conta desde o ano de 2018 para ser operacionalizado. Isso não foi possível em 2018 e em 2019 e a aplicação do Programa também não aconteceu em 2020, devido à pandemia. Informou que há o interesse na realização da implantação do Programa nesta cidade e que houve a publicação de dispensa do chamamento público, após parecer da Procuradoria Geral do Município. A data de encerramento do Programa ocorre no fim do ano de 2021 e há previsão para reprogramação, nos próximos anos. A Assembléia do Conselho Nacional de Assistência Social acontece no início de dezembro e uma de suas pautas será a reprogramação do Programa ACESSUAS TRABALHO. Informou que a dispensa de chamamento público está sendo conduzida para ser executada pela Associação de Promoção Humana Divina Providência, instituição que irá gerenciar o Programa. Sabendo que o Programa tem data para encerramento em 31/12/2021, a primeira fase (mobilização) será iniciada. Informou que, conforme cartilha do ACESSUAS TRABALHO, o público prioritário são famílias em vulnerabilidade social cadastradas no PAIF (principal Serviço da Proteção Social Básica e é ofertado exclusivamente no CRAS) e no PAEFI (serviço de orientação e acompanhamento de famílias que possuem um ou mais indivíduos em situação de vulnerabilidade, como ameaça ou violação de direitos). Júlio informou que o Conselho precisa deliberar sobre este assunto e pediu a manifestação dos presentes. Adriana (Associação de Promoção Humana Divina Providência) fez uma breve apresentação sobre a Instituição e sobre os Projetos que estão em execução no município e se comprometeu em executar o Programa com efetividade. O conselheiro José João questionou o motivo de a verba (que está para ser direcionada no município de Santa Luzia/MG e executada com instituições também do município) ser creditada a apenas uma instituição e o porquê de não ser distribuída entre outras que realizam trabalho de assistência social. Deu o exemplo da APAE que também possui projeto de profissionalização das pessoas com deficiência e de outros projetos nesse sentido. Júlio explicou que o recurso disponível, R\$100.000,00 (cem mil reais), desde o ano de 2018, advindo do governo federal, é destinado ao Programa ACESSUAS TRABALHO. Explicou que hoje não é possível a operacionalização por mais de uma instituição, pois é feito de forma integrada com os equipamentos de proteção. Disse que em quase todos os municípios o Programa ACESSUAS TRABALHO estavam sendo gerenciados pelo SENAC, contudo saiu uma normatização da Secretaria estadual de desenvolvimento social (SEDESE) impedindo o SENAC

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page]

em dar continuidade na
Nacional de Entidades
informações sobre a
nacional. Por esse m
Programa dentro do n
está próximo do fim
Informou que no ano
execução do Program
de 30/04/2021 e nº
referenciadas no PA
CREAS. A equipe
mas os trabalhos p
todos, público da
Programa. Maria
o cadastro no CA
Assistência Soc
capacitação par
participação de
(Secretaria de
Atendimento
(representante
trabalhar em
(Centro Cult
importância
de Promoção
Programa n
CMAS Nº
articulação
Secretaria
Esperança
para pre
Sugestão
colocou
todos
para d
na Co
para

em dar continuidade na operacionalização do Programa, pois o SENAC não possui o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS) - ferramenta de gestão, que armazena informações sobre as organizações e ofertas socioassistenciais com atuação no território nacional. Por esse motivo, começou-se a busca de uma instituição para operacionalizar o Programa dentro do município. O chamamento público poderia ter acontecido, porém o prazo está próximo do fim e aconteceria a devolução do recurso e a população seria penalizada. Informou que no ano de 2020 e parte do ano de 2021 houve o impedimento da aplicação e execução do Programa devido à Pandemia COVID-19 (decretos nº 3540 de 13/03/2020, nº 3787 de 30/04/2021 e nº 3856 de 13/08/2021). Informou que há 7500 (sete mil e quinhentas) famílias referenciadas no PAIF e no PAEFI e atendidas nos CRAS (São Benedito, Sede e Bom destino) e CREAS. A equipe de gerência será a Associação de Promoção Humana Divina Providência, mas os trabalhos poderão serão feitos em conjunto com outras instituições. Os beneficiados são todos, público da assistência social, não apenas os atendidos pela instituição que irá gerenciar o Programa. Maria Aparecida (APAE) lembrou da importância de incentivar as famílias em realizar o cadastro no CADÚNICO e que a porta de entrada ao Programa é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); e da inclusão da pessoa com deficiência. Citou exemplo de capacitação para o mercado de trabalho que existe na APAE e que é preciso melhorar a participação desse público e se coloca à disposição para auxiliar no que for preciso. Lucimar (Secretaria de Saúde) se ofereceu para colocar panfletos informativos nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), Hospitais, dentre outros para ajudar na mobilização. Dário César (representante da sociedade civil) complementou a fala e que as outras instituições precisam trabalhar em conjunto com a Associação de Promoção Humana Divina Providência. Maurício (Centro Cultural Corrente do Bem) também se colocou à disposição para ajudar e falou da importância da união entre as Instituições. Todos concordaram e aprovaram que a Associação de Promoção Humana Divina Providência seja a instituição responsável pelo gerenciamento do Programa no município. Pauta 02: dar ciência ao CMAS da retificação do artigo 2º, da Resolução CMAS Nº 019/2021, publicada no DOM, em 11/05/2021. Justificativa: não há necessidade de articulação com a Secretaria Municipal de Educação e será mantida a totalidade de gerência da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. Pauta 03 - demais informes: Aline (Instituto Esperança - Filhos da Esperança) sugeriu que na próxima reunião do CMDCA haja um tempo para prestação de contas em indicadores qualitativos que a instituição executa há 100 dias. Sugestão é acolhida e Júlio sugeriu que seja implantado também no CMAS. Maria Aparecida colocou a importância de as instituições se apresentarem brevemente nas próximas reuniões e todos concordaram. Maurício (Centro Cultural Corrente do Bem) disse que gostaria de colocar para discussão e trazer a pauta da criação do Conselho LGBTQIAP+, uma vez que foi aprovada na Conferência Municipal de Assistência Social. Informou que já havia solicitado e foi pedido para trazer de forma presencial. José João sugeriu a realização de apresentação de atividades e

Quinto
Aduf
des

Júlio
Horta

Lucimar
Dário César
Maurício
José João
Aline
Maria Aparecida

de prestação de contas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Dário César questionou a abrangência da vulnerabilidade social e Júlio deu uma breve explicação e falou a importância do direcionamento da demanda e uso dos recursos para as diversas áreas. As apresentações das instituições que ocorrerão nas próximas reuniões ajudarão a conhecer os serviços que são prestados no município. A Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e não havendo nada a acrescentar, eu, Luiza Ferreira da Cunha Fonseca, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e por todos os participantes desta reunião.

[Signature] *[Signature]* *[Signature]*

[Signature]
Adriano Nunes Bernardes
Matrícula: 34.878

[Signature]

Maurício da Cunha Paiva
Fonfon Wundade de Almeida

[Signature]
Dário César
Luiza Fonseca

[Signature]

[Signature]
Adriano Nunes